

**TEM AÍ O 5º CICLO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO GERENCIAL**

No dia 12 de maio, começa o 5º Ciclo do Programa Permanente de Avaliação Gerencial do TRE-SP. A cada dois anos, gestoras e gestores de cartórios e da Secretaria participam dessa ação, que tem como objetivo ajudar no desenvolvimento das lideranças e melhorar o ambiente de trabalho.

Essa análise serve para identificar pontos fortes e áreas que precisam melhorar, promovendo uma gestão mais eficiente e colaborativa. Os resultados também ajudam a planejar ações de capacitação e a fortalecer a Gestão por Competências.

As avaliações são feitas por integrantes das equipes das lideranças; chefias imediatas e pelas próprias pessoas avaliadas, de forma anônima e segura.

Neste ano, há novidades, como um novo sistema; competências diferentes para cada nível de gestão e uma nova escala de avaliação.

Para tirar dúvidas, a Seção de Gestão de Desempenho (SEGED/COEDE/SGP) vai realizar um webinar antes das avaliações.

**Tem alguma dúvida sobre a SGP? Envie para [secoi@tre-sp.jus.br](mailto:secoi@tre-sp.jus.br) e participe do próximo "SGP responde".**



**Des. Paulo Galizia durante a diplomação dos eleitos em 2022**

25

## O impacto da palavra presidencial nas sessões de diplomação

“A Justiça Eleitoral não admite pressões ou ameaças, venham elas de onde vierem (...) Só deve obediência à democracia, da qual é incansável guardião. A Justiça Eleitoral jamais presta contas aos poderosos, só presta contas à cidadania.” Proferidas pelo des. Paulo Galizia, então presidente do TRE-SP, tais palavras ultrapassaram as paredes da Sala São Paulo, local da diplomação em 2022, para impactarem as páginas dos jornais (OESP, 2012, p. A11). Consoante o momento histórico e a mensagem veemente ou inusitada, os discursos presidenciais na diplomação reverberaram na grande imprensa.

Em 1934, o presidente Sylvio Portugal, ao diplomar as deputadas e deputados estaduais constituintes, sublinhou o avanço institucional do Código Eleitoral de 1932, com a atribuição da competência em todo o processo eleitoral ao Poder Judiciário, inclusive a diplomação. Fez menções à história de São Paulo, desde a colônia. Na diplomação das vereadoras e vereadores em

1936, o juiz Oswaldo Pinto do Amaral, que viria a ser presidente do TRE (1958–61), enfatizou a data simbólica para o início daquela legislatura, 9 de julho, que relembra o arfar ansioso dos corações paulistas, em 1932, pela reconstitucionalização imediata.

Nos estertores do regime militar, a histórica eleição de 1982 provocou o presidente Macedo Costa Júnior a exortar: “Levem os eleitos às casas de governo a concórdia e o equilíbrio próprios dos justos (...) O voto vencedor é opção entre os dignos e não repúdio a indignos”.

O presidente José Gonçalves Santana, em 1986, timbrando talvez uma posição às eleitas e eleitos que iriam redigir a Constituição Federal, defendeu a substituição do sistema proporcional pelo distrital misto e, poeta que era, homenageou juízas e juizes e demais colaboradoras e colaboradores que, com uma imensa capacidade de servir, fizeram da Justiça Eleitoral um ideal, um santo trabalho, uma chama que se acendeu em 1945, por inspiração do Ministro Mário Guimarães. Já o presidente Aloysio Álvares Cruz, em 1990, criticou abertamente a classe política e pregou a adoção do voto distrital: “É preciso que afastemos de nosso país o reinado sistemático e ostentoso da incompetência”.

Na diplomação de 2014, o des. Mathias Coltro adotou um tom bastante ameno, quase lúdico, ao declamar a letra de “Tempos Modernos”, de Lulu Santos: “Eu vejo um novo começo de era/De gente fina, elegante e sincera”.

No regime democrático, até a Toga Eleitoral pode encontrar a própria voz para tomar posição, sem, é claro, despir-se do manto da imparcialidade.

**José D’Amico Baub**